BOLETIM

Nº 4 DEZEMBRO DE 1998

apubh
Associação Profissional dos Docentes da UFMG
Seção Sindical da ANDES - SN

Conad mostra mobilização



Renato de Oliveira, presidente da Andes, em debate no 37º Conad

O 37° Conad, realizado em Belo Horizonte de 20 a 22 de novembro, numa conjuntura política ostensivamente adversa para a universidade pública, foi o maior da história do movimento docente. A expressiva participação se explica também como resultado da remobilização da categoria durante a greve de 104 dias que marcou o ano de 1998. Debates acalorados trouxeram à tona conhecidas divergências internas, mas o balanço final foi especialmente positivo, como avalia o presidente da Andes-SN, Renato de Oliveira, em entrevista exclusiva a este "*Boletim*", que publica também as principais decisões do encontro. **Páginas 2 e 3 e Encarte Especial.**

Editorial

Um ano que não será esquecido

Este ano de 1998 mal havia começado e a recém-empossada diretoria da Apubh já recebia inequívocos sinais de crescimento de uma generalizada insatisfação entre os docentes da UFMG. Sucateamento da universidade, prática política governamental cada vez mais impositiva, acelerada deterioração das condições coletivas de produção acadêmica, salários incompatíveis com a dedicação exigida dos professores e um indisfarçável plano de privatização do ensino superior público não deixavam dúvida de que o limite do tolerável já havia sido transposto.

Da insatisfação para a reação foi um passo, que culminou na greve nacional de 104 dias, a mais importante manifestação do movimento sindical brasileiro no ano que agora se encerra. Uma paralisação histórica, que, se teve modesto significado em termos de ganhos materiais, impôs ao Governo uma ainda maldigerida derrota política e representou a remobilização da categoria dos professores universitários.A greve, um marco de 1998, será exaustivamente discutida, interpretada e analisada em dois números da revista "Caminhos", que também circulam neste final de ano, em edição geminada. Nela se encontrarão críticas severas à condução do movimento e às negociações com o Governo, apaixonados depoimentos que revelam claramente as divergências internas da categoria e também elogios comoventes. Mas, sobretudo, se encontrará, acima das divergências, uma categoria novamente unida em torno do ideal de luta pelo ensino público, gratuito e de qualidade e por uma sociedade mais justa e fraterna.

Essa mobilização, que se fortaleceu durante a greve, seria mantida nas inumeráveis atividades promovidas pela Andes-SN e pelas associações de docentes de todo o país. E se confirmaria cabalmente no 37° Conad, realizado em Belo Horizonte com a participação de delegados e observadores em número superior ao dobro do que se verificava anteriormente.

1998 é um ano que a história do movimento docente não esquecerá. Não apenas pelos mais violentos ataques frontais já desferidos pelo Governo ao ensino e à pesquisa nas universidades públicas, mas especialmente pela capacidade de reação demonstrada pelos professores universitários, tanto na luta direta, através da longa paralisação e até de greve de fome, como pela presença maciça na mídia. Ficou claro para a sociedade, que hipotecou seu indispensável apoio ao movimento, o papel fundamental exercido pela universidade pública para garantir a democracia, a soberania e o desenvolvimento nacionais.

Mas, em 1999, é preciso ainda mais. Mais mobilização e mais ação, dos professores, estudantes, servidores técnico-administrativos e de toda a sociedade. Para combater e derrotar a nova visão mercantilista da universidade - concebida nos gabinetes palacianos, mas que já começa a contaminar perigosamente diversos segmentos da comunidade acadêmica, na forma de uma espécie de contra-ideologia que tem objetivos muito bem-definidos.

Conselho

O 1º Tesoureiro da Apubh, José Antônio Armanelli, é o representante do Fórum Mineiro em Defesa da Escola Pública no Conselho Municipal de Educação, que tomou posse no dia 2 deste mês, após a aprovação de projeto de lei apresentado pelo vereador Rogério Corrêa. A iniciativa do vereador do PT seguiu-se à aprovação da Lei de Diretrizes e Bases, permitindo ampla discussão do projeto pelas entidades compromissadas com a melhoria e a universalização do ensino em BH. Pela primeira vez no país, um conselho municipal de educação se constituiu com escolha democrática de seus membros.

Voto

Todos os professores da UFMG, tanto os que se encontram no exercício de suas funções quanto os aposentados, devem comprovar, até o próximo dia 29, que votaram ou justificaram sua ausência nas eleições de outubro, em primeiro e segundo turnos, ficando dispensados dessa exigência apenas aqueles que têm mais de 70 anos. Os ativos podem comprovar em suas unidades de ensino e os aposentados devem comparecer ao Departamento de Pessoal da universidade. Quem não encaminhar os comprovantes ao DP poderá ter o salário de janeiro retido.

Agenda

A Apubh está enviando a seus associados, neste final de ano, uma bonita e muito funcional agenda de 1999, elaborada especialmente para os professores da UFMG. A Secretaria da entidade solicita a todos os filiados que tiveram alteração de endereço para providenciar rapidamente a atualização, evitando contratempos na entrega. Quem se filiar à Apubh até o final de janeiro também receberá a agenda.

ENTREVISTA

'Nós não somos corporativistas'

Num intervalo para café do 37º Conad, realizado em Belo Horizonte, de 20 a 22 de novembro, o presidente da Andes-SN, Renato de Oliveira, mal conseguia relaxar. Os debates não só estiveram acalorados, como chegaram a ter instantes de elevada tensão. Na sua origem, eram facilmente identificáveis as discordâncias internas, que levam, no entendimento de Oliveira, à prática de uma oposição "principista", por ele considerada comprometedora do nível das discussões. De qualquer forma, o maior Conad da história do movimento docente deixa um saldo muito positivo, como avalia o presidente da Andes-SN nesta entrevista.

Numa conjuntura tão adversa para as universidades públicas, o 37º Conad correspondeu às expectativas?

Este é o maior Conad da história do movimento docente, com a presença de delegados de mais de 70 associações. Nas diretorias anteriores, a média de participação não chegava a 30. Temos mais de cem observadores. É, portanto, um grande evento, resultado da mobilização retomada durante a greve e do esforço que estamos fazendo para descaracterizar esse perfil que a Andes assumiu ao longo dos anos, de ser um sindicato exclusivo dos professores das universidades federais. Nós queremos resgatar o princípio tradicional da Andes de ser uma associação dos professores universitários, independentemente da natureza jurídica da universidade, reunindo os professores das federais, das estaduais e das privadas, com os mesmos princípios e as mesmas bandeiras de luta. Esperamos que no próximo evento já haja um número significativo de representantes das instituições privadas, que tiveram participação apenas residual neste Conad, enquanto tivemos cerca de 20 estaduais. Há também uma diferença muito importante: os Conads anteriores eram eventos de natureza burocrática, com discussões puramente formais, em que se procurava sistematizar os chamados eixos de luta, um conjunto de propósitos inumerável, imenso, mais de uma centena de proposições de ação, as quais, depois, em tese, a diretoria se encarregaria de executar. Isso nunca funcionou. Agora, estamos discutindo questões de caráter geral, ações gerais para a entidade, que balizam a ação futura da diretoria. Cabe à direção do sindicato transformar essas linhas gerais em propostas de ação concreta. E, no próximo evento, fazer uma prestação de contas do que está sendo decidido aqui.

O que se busca, então, são estratégias?

A discussão está centrada em cima disso: uma estratégia para o enfrentamento do ajuste fiscal, uma estratégia para o enfrentamento da questão da carreira, enfim, questões gerais que mostram um norte. Cabe depois à diretoria ter competência ou não para levar em frente. Com isso, nós politizamos a vida interna do sindicato. Agora, com relação ao nível geral das discussões, eu acho que ele está um pouco melhor do que das outras vezes, mas ainda se ressente muito de uma certa oposição "principista", que é realizada pelo grupo que conduziu o sindicato ao longo dos últimos dez, doze anos, e que em grande parte ainda não se conforma com a derrota. Chegou a ser dito que a diretoria atual matou o sindicato - chegou a ser dito isso. Nós matamos foi a paz do cemitério, que havia antes. Há ainda uma tendência muito grande a não encarar de frente os problemas que estão sendo colocados pela conjuntura. Grandes formulações de princípios, na realidade, escondem o enorme imobilismo em que o sindicato permaneceu ao longo dos últimos anos. O que caracteriza todo um setor do nosso movimento é o fenômeno da ideologia. Ou seja, o que eles não conseguem resolver na prática tentam resolver no plano das idéias. Nós rompemos com isso. Estamos tomando iniciativas no plano da política institucional, seja através da participação em comissões, seja através da negociação direta com o Governo, seja através da mudança da nossa relação com outras entidades do movimento sindical. Temos hoje uma interlocução praticamente cotidiana com a CUT. Participamos das reuniões deles, eles participam das nossas. Antes isso não existia. Éramos uma entidade desconhecida do restante do movimento sindical. Houve também uma mudança importante na política de mobilização de base. Estamos dispostos a mobilizar os professores na defesa da universidade, no que diz respeito às nossas responsabilidades e aos nossos interesses profissionais, mas articulando isso a uma participação na política mais geral, nas discussões mais gerais. Não estamos subordinando o movimento docente a outros movimentos sociais, como por exemplo o movimento do servidores públicos federais, que era o que o pessoal fazia antes. Isso tem-se traduzido numa expectativa maior em relação ao papel da Andes e num maior reconhecimento da entidade, que começa a aparecer como interlocutora dos movimentos sociais.

O Conad aprovou uma caravana a Brasília. Que propostas serão levadas ao Governo?

Há uma fantasia em torno dessa idéia de caravanas, marchas, porque há uma mística aí do movimento popular mais revolucionário, como o MST. Vamos fazer uma caravana a Brasília, mas o que vamos propor? A universidade está em crise, mas não só por causa da ação do Governo, que é apenas um aspecto dessa crise. A universidade brasileira, especialmente a pública, é "desfuncional" em relação à sociedade brasileira. O que vamos propor para essa universidade, como modelo viável, alternativo para a sociedade brasileira, mais orgânico em relação às demandas da sociedade brasileira, e que por isso mesmo possa contar com apoio mais sólido? Esse é o grande problema hoje. Vamos mobilizar para se avançar nesse sentido, em defesa da universidade pública, mas esse é apenas um aspecto da questão. O mais importante é debater propostas e projetos para superar essa crise da universidade brasileira. Ninguém defende isso que está aí. Nem nós. Defender isso que está aí só seria compreensível do ponto de vista do corporativismo. E nós não somos corporativistas. Essa universidade precisa mudar, precisa ser reformulada. Então é preciso saber qual a direção das propostas que vamos fazer nesse sentido.

E como fica a sobrevivência imediata da universidade pública?

Nós apresentamos ao Congresso Nacional dois projetos de emenda ao Orçamento de 99 para recuperar os cortes que o Governo quer fazer. Os R$102 milhões das universidades, mais os R$31 milhões dos hospitais universitários e ainda o corte na área de ciência e tecnologia, que é de R$107 milhões. Essas emendas foram aprovadas pelas comissões de educação e de ciência e tecnologia, numa iniciativa nossa, da Andes. Vai ser difícil recuperar na totalidade, mas alguma coisa vamos recuperar. Entramos também com uma representação no Ministério Público cobrando a liberação dos recursos de 98, que o Governo quer segurar também, liberando apenas 10 parcelas das doze previstas, o que inviabiliza ainda mais as universidades. Estamos pedindo ainda a responsabilização das autoridades que estão por trás dessa iniciativa, porque isso é inconstitucional, é um ato ilegal. Essas medidas mostram a necessidade de combinarmos as iniciativas no campo institucional, no campo político, com as iniciativas no campo da mobilização.

A autonomia, prevista na Constituição, seria solução para a asfixia financeira?

Uma das propostas aprovadas no 37º Conad abre espaço para que possamos tomar a iniciativa na formulação de um projeto de lei visando garantir a autonomia universitária. Parte da nossa oposição entende que a autonomia prevista no artigo 207 da Constituição é auto-aplicável, mas é bobagem falar uma coisa dessas. Temos de definir qual será o quadro legal, como vamos garantir a autonomia. Temos de discutir o modelo jurídico das universidades autônomas, temos de ter a garantia do financiamento público, discutir as formas de gestão e controle das universidades públicas e privadas. Antes de essas questões serem equacionadas é balela falar em autonomia universitária. Este Conad abriu a possibilidade de tomarmos a iniciativa nessa discussão.

O que será feito?

Vamos trabalhar visando à formulação concreta de um projeto de autonomia para submeter ao Congresso, após um processo amplo de negociação, engajamento de apoios junto a lideranças partidárias, comunidade universitária, comunidade científica e ao movimento social mais geral, que esteja mais sensibilizado com a questão universitária. Não tem outro caminho. Temos de partir para isso aí. Temos de assumir esse risco. As outras alternativas seriam continuar como está ou piorar. Também nesse aspecto, dessas importantes decisões, o Conad deve ser considerado um grande sucesso.

A GED continua provocando muita polêmica...

O que é a GED? Ela é um mecanismo salarial com uma parte igual - 60% - para todo mundo e 40% complementados através de uma aferição quantitativa do trabalho dos professores, que vão ter uma pontuação de acordo com o que produzirem. Não temos ainda critério de aferição qualitativa. E a quantitativa não tem o sentido de obrigar os professores a trabalharem mais do que trabalham atualmente. O conceito de hora-aula engloba não apenas a atividade formal, dentro da sala de aula, mas qualquer atividade que envolva a relação professor-aluno, com registro acadêmico.

Da mesma maneira, para que o professor faça jus a 100% da GED ele tem de desempenhar alguma atividade que não seja apenas o ensino. Isso é o que já existe, o que já é exigido pelo nosso regime contratual. A GED não acrescentou nada de novo. Ela apenas definiu o patamar básico pelo qual o professor que cumpre com sua obrigação tem a gratificação integral.

Agora, se existem unidades que estão aplicando critérios restritivos, isso não é culpa da comissão nacional, que estabeleceu critérios gerais. Mas é evidente que a GED traz riscos. Nós não a escolhemos. Apenas evitamos que se transformasse num mal ainda maior. O risco é a mediocrização do trabalho do professor para garantir a pontuação máxima, o risco da perda de originalidade, em função do critério quantitativo.

Mas temos de admitir que, como hoje não existe qualquer controle público, acontecem coisas com as quais não podemos ser coniventes. Tem professor com zero na GED. Por quê?

Tire suas dúvidas sobre a aposentadoria

1- O que muda para os que completaram o tempo de aposentadoria antes da promulgação da Emenda Constitucional?
Os funcionários do setor público ou privado que completaram os requisitos das regras atuais de aposentadoria, mesmo a proporcional, poderão se aposentar a qualquer tempo, pois já têm direito adquirido.

2 – Como fica a situação de quem está trabalhando e não tem o tempo necessário para requerer a aposentadoria integral?
Para obter a aposentadoria integral no setor público os homens deverão ter, no mínimo, 53 anos, e as mulheres a idade mínima de 48 anos. Ao tempo que ainda faltar para a aposentadoria, de acordo com a antiga regra de cálculo, deve-se acrescentar mais 20%.
Deverá contribuir para a previdência durante 30 anos, se mulher, e 35 anos, se homem. Para isto deverá ser acrescentado o percentual de 20%, se mulher, e 17%, se homem, ao tempo já trabalhado (o cálculo do tempo já cumprido, acrescido a esses percentuais, somados com o tempo que falta para a aposentadoria, totaliza os anos de contribuição exigidos pela nova regra).

3 –Como fica a situação de quem está trabalhando e não tem o tempo necessário para requerer a aposentadoria proporcional?
Para obter a aposentadoria proporcional no setor público os homens deverão ter, no mínimo, 53 anos, e as mulheres a idade mínima de 48 anos. Ao tempo que ainda faltar para a aposentadoria, de acordo com a antiga regra de cálculo, deve-se acrescentar 40%.
Deverá contribuir para a Previdência durante 30 anos, se mulher, e 35 anos, se homem. Para isso deverá ser acrescentado o percentual de 20%, se mulher, e 17%, se homem, ao tempo já trabalhado (o cálculo do tempo já cumprido, acrescido a esses percentuais, somados com o tempo que falta para a aposentadoria, totaliza os anos de contribuição exigidos pela nova regra).

4 – Os inativos contribuirão para o Plano de Seguridade Social?
De acordo com o parágrafo único do art. 1º da Lei 9.630 de 23 de abril de 1968, em vigor, os inativos estão isentos do pagamento do Plano de Seguridade Social.

5 – E como será a contribuição dos docentes em atividade?
Por enquanto, continua sendo de 11%. A proposta do governo era uma contribuição com percentuais a partir de 11%, dependendo do salário-base.

O cálculo seria feito da seguinte forma:

O percentual de 11% seria aplicado para aqueles que ganham até R$ 1.200,00.
Sobre o que excedesse a R$1.200,00, seria descontado o valor de 9% mais 11%, totalizando o percentual de 20.

Ex.: salário de R$ 2.000,00
Até 1.200,00 seria aplicada alíquota de 11% =132,00
Sobre os R$ 800,00 restantes incidiria alíquota de 20% =160,00
Total: 132,00 + 160,00 =292,00.

A luta do movimento docente contra essa pretensão governamental deverá prosseguir com toda a força, uma vez que a intenção, agora, é aprová-la no início do próximo ano.

6 – Como será a aposentadoria para os professores da pré-escola e dos ensinos fundamental e médio?
Igual à regra comum, exigindo-se deles, entretanto, 5 anos a menos na idade e no tempo de contribuição.

7 – Os professores universitários perdem a aposentadoria especial?
Todos aqueles que ingressarem na carreira de magistério superior a partir da publicação da Emenda Constitucional perdem o direito à aposentadoria especial. Os professores que já estavam lotados nas universidades, antes da promulgação da emenda constitucional, continuam a gozar deste direito.

8 – Os professores universitários entram na regra de transição?
Sim, como todos os demais funcionários públicos.

9 – O teto de R$ 1.200,00 para a aposentadoria se aplica a quem e como?
O limite máximo para o valor dos benefícios do Regime Geral da Previdência foi fixado em R$ 1.200,00, a partir da publicação da emenda constitucional. Para quem já está na carreira de magistério, não se aplicará este teto. Entretanto, dependendo da lei complementar, poderão ser adotados percentuais redutores.

10 – Quando começará a vigência das novas regras da Previdência Social?
Assim que a emenda for publicada no Diário Oficial da União. Será em breve, uma vez que a última medida aprovada pelo Senado ocorreu no dia 9 deste mês.

IMPRESSO

DIRETORIA DA APUBH - GESTÃO 97/99

PRESIDENTE
Laura Stella Miccoli
1ª VICE-PRESIDENTE
Otávia Fernandes de Souza Rodrigues
2ºVICE-PRESIDENTE
Beatriz Alencar D'Araújo Couto
1ª SECRETÁRIA
Tânia Lúcia Hirochi
2ª SECRETÁRIA
Vera Lúcia Fernandes
1º TESOUREIRO
José Antônio Armanelli
2º TESOUREIRO
Rosângela Carrusca Alvim
1ª SUPLENTE
Débora Torres Mendes de Oliveira
2º SUPLENTE
Túlio Jorge dos Santos

DIAGRAMAÇÃO
Mary O. de Assis
JORNALISTA RESPONSÁVEL
Ronaldo Solha - RMT 2216/MG

TIRAGEM: 3.500 exemplares
APUBH - Rua Artur Itabirano, 70
São José/Pampulha - CEP 31275-020
Belo Horizonte - MG
Tel: (031) 441-7211 - Fax: (031) 441-1303
e-mail: correio@apubh-ufmg.org.br
home page: http://apubh-ufmg.org.br

37° Conad

De 20 a 22 de novembro realizou-se em Belo Horizonte o 37° Conad da Andes-SN, com a participação de 72 delegados e 104 observadores, representantes de mais de 70 associações.

O evento, precedido de um seminário que discutiu os efeitos da atual crise econômica sobre as instituições de ensino superior, foi organizado pelo SindCefet/MG e pela VPR-Leste da Andes-SN.

Os temas do encontro foram:

- Movimento Docente e Conjuntura
- Autonomia, Avaliação e Carreira Docente
- Políticas Públicas
- Campanha Salarial
- Atualização do Plano de Lutas
- Questões Organizativas e Financeiras

Já se encontra na Apubh, à disposição dos interessados, o relatório final do 37° Conad, elaborado pela diretoria da Andes-SN.